

PÓS - GRADUAÇÃO

*Direito do Trabalho e
Direito Previdenciário*



1. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A Fundação Getulio Vargas (FGV) deu início a suas atividades em 1944 com o objetivo de preparar profissionais bem qualificados para a administração pública e privada do país. Esse objetivo foi ampliado ao longo do tempo, expandindo o foco de atuação da FGV para o campo das ciências sociais.

A atuação marcada pelo pioneirismo e pela inovação levou a FGV a inaugurar, no Brasil, a graduação e a pós-graduação *stricto sensu* em Administração Pública e de Empresas e a pós-graduação em Economia, Psicologia, Ciências Contábeis e Educação. Além disso, iniciativas como a elaboração do balanço de pagamento, das contas nacionais e dos índices econômicos ajudaram o profissional em busca de formação e o cidadão comum a entender melhor o desempenho econômico e social brasileiro além de contribuir para seu permanente desenvolvimento.

2. ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO – FGV DIREITO SP

O posicionamento do Brasil no rol das potências e lideranças mundiais tem levado à redefinição dos conteúdos das áreas clássicas do direito e ao surgimento de novas áreas e novos tipos de advocacia, o que torna premente a necessidade de formação de quadros profissionais que sejam, além de altamente qualificados, capazes de atuar em patamares diferenciados.

Para responder às demandas do mercado atual, os alunos da FGV DIREITO SP são preparados para atuar nas esferas pública e privada e para dialogar com outros campos do conhecimento, a fim de que possam influenciar positiva e profundamente no cenário jurídico no Brasil e no exterior.

No que concerne à pós-graduação, a FGV DIREITO SP busca aumentar sua inserção substantiva no mercado jurídico, tendo em mente a integração entre o direito e outros campos do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades importantes para o desempenho das atividades profissionais de seus alunos. Seu Programa de Pós-Graduação Lato Sensu diferencia-se por dispor de grupos de pesquisa dedicados à produção de material didático e bibliográfico próprio, a fim de oferecer a seus alunos conteúdo atualizado e em consonância com as premissas da FGV DIREITO SP.

Com tais pressupostos e ações em mente, a FGV DIREITO SP pretende consolidar-se como alternativa ao modelo tradicional de ensino do Direito e manter a postura crítica sempre assumida em relação a esse campo de saber.

3. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - IDE

Criado em 2003, o Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE) tem como objetivo coordenar e gerenciar uma rede de distribuição única para os produtos e serviços educacionais produzidos pela Fundação Getúlio Vargas, através de suas Escolas e Institutos. O IDE oferece cursos de pós-graduação lato sensu, de aperfeiçoamento e extensão, sejam eles presenciais ou a distância.

O IDE é composto pelo Programa de Educação Continuada FGV Management e sua Rede de Instituições Conveniadas; pelo Programa de Ensino a Distância FGV Online; pelo Programa de Cursos *In Company*, que oferece a empresas cursos customizados; e pela Central de Qualidade, responsável pela manutenção da qualidade e padrão de excelência FGV, em qualquer lugar do país onde os cursos estejam sendo oferecidos. O Instituto conta ainda com o suporte de dois órgãos: o Conselho Acadêmico e o Comitê Operacional. Com essa estrutura sólida, o IDE vem reforçar, de forma objetiva e consistente, a missão da FGV de levar às mais distantes localidades brasileiras um ensino de qualidade, equivalente ao oferecido em suas Escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com o IDE, a FGV passa a imprimir um maior dinamismo no desenvolvimento e na distribuição de seus produtos e serviços educacionais, presenciais e a distância, sob a responsabilidade acadêmica de suas escolas, seja no âmbito nacional ou internacional. A proposta do IDE é servir como elo entre as escolas e unidades da FGV e o mercado, sendo referência internacional na distribuição de produtos e serviços educacionais inovadores e de alta qualidade.

4. SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

As constantes mudanças decorrentes da nova ordem global que o mundo do trabalho experimenta vêm transformando significativamente a ordem jurídica trabalhista e previdenciária. Tais transformações desafiam diuturnamente a interpretação e a garantia de direitos sociais e instabilizam o regramento das multifacetárias relações de trabalho contemporâneas, demandando aprimoramento dos profissionais que lidam com o cotidiano do direito do trabalho e do direito previdenciário.

O curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário proporciona ao aluno aprofundamento nas recentes mudanças legislativas que são estudadas conjuntamente a saberes não jurídicos na construção de respostas criativas e transformadoras que geraram impactos diretos nas demandas do mercado e na atuação do advogado trabalhista e previdenciário

e de profissionais de áreas correlatas, como os administradores e os gestores em recursos humanos, os quais precisam enfrentar questões que envolvem os temas centrais do direito trabalhista e do direito previdenciário modernos sob um enfoque atual e crítico.

Temas como o desemprego crescente e estrutural, proteção jurídica do emprego formal, inovações tecnológicas, reestruturação de empresas e acirramento da concorrência suscitam análise e reflexão daqueles que atuam no âmbito dessas relações específicas para que aprimorem a forma com que lidam com a realidade contemporânea do mundo do capital e do trabalho e, com isso, aperfeiçoem a sua atuação profissional.

5. OBJETIVOS

Pretende-se proporcionar aos alunos e às alunas uma visão multidisciplinar e aplicada do direito do trabalho e do direito previdenciário, considerando a interface com outras áreas, como o direito societário, o direito tributário, a contabilidade e a gestão de empresas. Para isso, serão desenvolvidos conhecimentos e habilidades fundamentais para exercer papel de destaque na advocacia trabalhista e previdenciária.

6. METODOLOGIA

O curso irá estimular a reconstrução do conhecimento, manipulando os conceitos dessas áreas do direito a partir de casos práticos e da resignificação de conceitos-chave, a partir de uma abordagem integrada entre teoria e prática, em consonância com os contextos econômicos, sociais e regionais onde os cursos são ministrados.

Os conteúdos das disciplinas são agrupados por eixos temáticos, que visam a atingir objetivos de aprendizagem específicos, alinhados ao desenvolvimento das competências necessárias à prática profissional de seus alunos.

Para apoiar a base teórica das aulas presenciais, os cursos contam com suporte de um ambiente virtual de aprendizagem, o eClass, no qual o aluno pode acessar, a qualquer momento, em seus dispositivos eletrônicos, o conteúdo da disciplina, fazendo uso irrestrito de reconhecidas bibliotecas virtuais. Além disso, há acesso a outras ferramentas que oferecem suporte ao processo de ensino-aprendizagem e facilitam a comunicação.

7. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem papel fundamental para o processo de reconstrução de conhecimento pelos alunos, por isso, cada disciplina tem um instrumento avaliativo diferente. As avaliações construídas pelos professores possuem questões que abordam a aplicabilidade dos conceitos trabalhados em sala a contextos empresariais, proporcionando, assim, uma reflexão para os alunos quanto à prática dos conceitos e capacitando-os para as melhores tomadas de decisão como executivos.

8. A QUEM SE DESTINA

O curso é recomendado para profissionais com experiência em direito do trabalho e previdenciário: graduados em direito com atuação contenciosa ou consultiva, em escritórios ou empresas, ou profissionais de outra formação superior que atuem com áreas correlatas, como, por exemplo, gestão de recursos humanos.

Dessa forma, é requisito ser bacharel em Direito, Contabilidade ou Administração de Empresas, ou profissional com experiência em empresas de naturezas diversas, escritórios de advocacia ou departamentos jurídicos de empresas que necessitam de embasamento técnico-jurídico nessa área, com vistas à orientação de clientes e à tomada de decisões.

9. CERTIFICAÇÃO

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário é certificado pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas e atende às determinações da Resolução do CNE/CES nº 1 de 06/04/2018, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior.

- Será outorgado pela Fundação Getulio Vargas o certificado de “Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário, Nível Especialização” aos participantes que atenderem a todos os critérios de aprovação estabelecidos no regulamento do curso do módulo nacional.
- Módulos Internacionais (*opcionais*):
 - Os principais objetivos desses cursos, são: ganhar a visão internacionalizada de negócios e ampliar o *networking* entre os participantes que são estudantes da FGV e executivos de empresas nacionais e multinacionais;
 - Será outorgado pelas universidades internacionais, em seus locais de origem, o certificado de participação no módulo internacional respectivo.

10. PROGRAMA

MÓDULO NACIONAL		
Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário		
	DISCIPLINAS	HORAS/AULA
1	Relação de trabalho	24
2	Estabilidades e garantias de emprego	24
3	Execução do contrato de trabalho	24
4	Meio ambiente do trabalho	24
5	Gestão de pessoas	24
6	<i>Compliance</i> trabalhista	24
7	Direito coletivo do trabalho	24
8	Técnicas de negociação para advogados	24
9	Negociações trabalhistas	24
10	Cálculos trabalhistas	24
11	Processo de conhecimento	24
12	Recursos no processo trabalhista	24
13	Execução trabalhista	24
14	Gestão estratégica de serviços jurídicos	24
15	Seguridade social e custeio da previdência social	24
16	Benefícios previdenciários	24
17	Previdenciário empresarial	24
18	Auditoria dos procedimentos trabalhistas e previdenciários e <i>due diligence</i>	24
	CARGA HORÁRIA TOTAL	432

MÓDULOS INTERNACIONAIS [OPCIONAL]		HORAS/ AULA
<i>International Business Law</i> University of California – School of Law		54
<i>Business and Management</i> University of California – Irvine		54
<i>Innovation</i> University of California – Santa Cruz e Irvine		54
<i>Public Policy, Finance and Investment Strategies</i> University of Chicago		49
<i>China Business & Economic Strategies</i> Chinese University of Hong Kong		40
Gestão de Negócios ISCTE /INDEG - Lisboa		40
<i>Management of Innovation</i> Fondazione CUOA – Business School – Itália		40
<i>Innovation and Entrepreneurship</i> SIBE Stuttgart – Alemanha		80

11. DESCRITIVO DAS DISCIPLINAS

1. Relação de Trabalho

Relações de trabalho e relações de emprego. Elementos e princípios fundamentais da relação de emprego. Relações de trabalho lato sensu. Terceirização, trabalho temporário e trabalho intermitente. Trabalho doméstico. Trabalho rural. Trabalho da mulher, da criança e do adolescente. Assédio moral. Contratação de pessoa jurídica.

2. Estabilidades e garantias de emprego

Estabilidades e garantias de emprego. Disciplina geral das garantias de emprego, principais espécies e hipóteses polêmicas. Fundo de garantia do tempo de serviço. Discriminação nas relações de trabalho: conceito, inibição e indenização.

3. Execução do contrato de trabalho

Conceitos fundantes do contrato de trabalho. Contrato de trabalho a prazo determinado. Nulidades do contrato de trabalho. Contratos especiais de trabalho. Jornada de trabalho. Teletrabalho. Descanso. Terminação do contrato de trabalho. Justa causa de empregador, rescisão indireta e desligamento por iniciativa do trabalhador.

4. Meio ambiente do trabalho

Meio ambiente do trabalho. Atuação do Ministério Público do Trabalho e do Ministério da Economia. Acidentes e doenças do trabalho. Laudos e perícias em saúde e segurança do trabalho. Responsabilidade civil do empregador.

5. Gestão de pessoas

Principais desafios contemporâneos em gestão de pessoas. Objetivos e estratégias organizacionais. *Soft skills* e gestão de pessoas. Planejamento estratégico de recursos humanos. Subsistemas de recursos humanos. Indicadores de desempenho de gestão de pessoas e cultura organizacional. Políticas de inclusão e práticas de diversidade na gestão de pessoas.

6. Compliance trabalhista

Governança corporativa. Compliance. Compliance nas relações de trabalho. Elaboração e implementação de um programa de compliance. Estrutura básica do programa de compliance trabalhista. Principais ferramentas do compliance.

7. Direito coletivo do trabalho

Estrutura geral do direito coletivo do trabalho. Recentes alterações legislativas. Organização sindical brasileira. Autonomia sindical e fontes de custeio. Sistema confederativo e centrais sindicais. Direito coletivo e poder judiciário. Abuso do direito sindical. Direito de greve. Perspectivas do direito sindical.

8. Técnicas de negociação para advogados

Introdução à negociação e a sua relação com o Direito. Negociações distributivas e integrativas. Processo de negociação. Negociação em situações difíceis. Perfil do negociador e os seus comportamentos irracionais. Negociação e Direito.

9. Negociações trabalhistas

Negociação coletiva. Autonomia privada coletiva: convenções e acordos coletivos de trabalho. Prevalência (e limites) do negociado sobre o legislado. Planejamento e gestão trabalhista com a utilização de acordos sindicais. Negociação trabalhista no âmbito administrativo (Ministério Público do Trabalho). Atuação dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSCs). Acordos individuais firmados na vigência e/ou na extinção do contrato de trabalho.

10. Cálculos trabalhistas

Estrutura e desenvolvimento de cálculos. Créditos trabalhistas, prescrição e decadência no contrato de emprego e os seus efeitos sobre os cálculos. Remuneração e salário e os seus cálculos. Cálculo de repouso semanal remunerado. Cálculo de décimo terceiro salário. Cálculo de gratificação semestral. Remuneração das férias. Cálculo de adicionais de periculosidade e de insalubridade. Cálculo do trabalho noturno, horas extras, à disposição e *in itinere* (valores e reflexos). Aviso prévio. Multa do art. 477 da CLT. Caracterização e quantificação do dano moral, dano material e dano estético, do assédio moral e do assédio sexual nas relações de trabalho. Cálculo atuarial.

11. Processo de conhecimento

Funcionamento da Justiça do Trabalho, jurisdição e competência trabalhistas. Reclamação trabalhista. Despesas e prazos processuais. Comunicação dos atos processuais. Defesa do reclamado. Audiência trabalhista. Provas no processo do trabalho. Nulidades. Sentença trabalhista nos dissídios individuais.

12. Recursos no processo trabalhista

Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Efeitos recursais. Procedimentos recursais. Pressupostos recursais. Prazos. Depósito recursal. Juízo de admissibilidade. Fungibilidade recursal. Deserção. Prequestionamento. Tipos de agravos. Pedido de revisão. Pedido de reconsideração.

13. Execução trabalhista

Liquidação da sentença. Execução no processo do trabalho. Garantia da execução. Desconsideração da personalidade jurídica do empregador. Exceção de pré-executividade. Embargos de terceiro. Recursos na execução. Suspensão da execução. Extinção da execução. Adjudicação, praça e arrematação.

14. Gestão estratégica de serviços jurídicos

Administração legal. Planejamento estratégico. Rotinas administrativas. Sistemas de informação gerencial e de controle. Planos de carreira e de remuneração. Controladoria jurídica e formação de preço. Contratos de honorários, a Lei geral de proteção de dados (LGPD) e políticas internas.

15. Seguridade social e custeio da previdência social

Seguridade social. Regimes da previdência social. Custeio da seguridade e da previdência social. Contribuintes. Contribuição patronal básica. Contribuição do empregador doméstico. Contribuição para o SAT/RAT e adicional para aposentadoria especial. Fator acidentário de prevenção (FAP). Contribuições dos segurados do regime geral de previdência social. Contribuições incidentes sobre a remuneração do trabalho.

16. Benefícios previdenciários

Aposentadorias. Aposentadoria especial e aposentadoria da pessoa com deficiência. Benefícios por incapacidade: aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente. Pensão por morte e auxílio-reclusão. Salário-maternidade e salário-família. Seguro-desemprego: concessão, manutenção e extinção.

17. Previdenciário empresarial

Gestão dos afastamentos e dos benefícios previdenciários. Atestados médicos. Emissão de CAT. Limbo previdenciário. Reabilitação profissional. Ações regressivas do INSS. FAP. Nexos causais. Procedimentalização da empresa.

18. Auditoria dos procedimentos trabalhistas e previdenciários e *due diligence*

Fundamentos e objetivos da auditoria. Elementos da auditoria. Auditorias. Principais procedimentos de auditoria trabalhista e previdenciária. Auditoria trabalhista e previdenciária e *eSocial*. Prevenção e contingenciamento de demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias. *Due diligence* e avaliação de oportunidades e riscos trabalhistas e previdenciários dos negócios.



**EDUCAÇÃO
EXECUTIVA**

Campus Almirante

Rua Almirante Protógenes, 290, Jardim – Santo André
fgvabc@strong.com.br

📞 4433-3222

Campus Jacarandás

Av. Industrial, 1455, Jardim – Santo André
santoandre.fgv@strong.com.br

📞 4433-6166

Campus São Caetano do Sul

Av. Goiás, 383, 2º Andar, Centro – São Caetano do Sul
saocaetano.fgv@strong.com.br

📞 3996-5668

www.strong.com.br 